INVESTIGAÇÃO

MP mira Grupo Fictor

Operação investiga suspeitas de captação fraudulenta de investimentos, simulação de faturamento e lavagem de dinheiro; CEO da empresa foi alvo da PF em apuração sobre fraudes na Caixa

» ALÍCIA BERNARDES

Reprodução



Grupo Fictor: alvo de operação do Ministerio Público de São Paulo por causa de operações com investimentos, há suspeitas de fraude bancária

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) e a Polícia Civil deflagraram, ontem, a Operação Dinheiro Fictício, que investiga suspeitas de crimes financeiros envolvendo o Grupo Fictor. A Justiça determinou o sequestro de bens e valores e o bloqueio de até R$ 4,3 bilhões em ativos de 233 investigados, entre pessoas físicas e jurídicas. A apuração busca esclarecer possíveis práticas de captação irregular de investimentos, simulação de faturamento e ocultação patrimonial.

A ação é conduzida pelo 15º Distrito Policial de Itaim Bibi, em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Perseguição Patrimonial (Gaepp) do Ministério Público. Ao todo, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em 12 endereços nos municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo. A investigação teve início após representações de investidores que relataram prejuízos relacionados às atividades do grupo e ganhou força diante do agravamento da crise financeira da empresa e do pedido de recuperação judicial.

Segundo as apurações, os administradores da Fictor teriam captado mais de R$ 4 bilhões entre 2024 e 2025, com a promessa de rendimentos fixos e a justificativa de que os recursos seriam destinados a investimentos no agronegócio. Os investigadores suspeitam, porém, que as operações não tinham correspondência em atividades comerciais efetivas. Para dar aparência de movimentação financeira legítima, empresas do conglomerado teriam realizado transações entre si por meio de cartões de crédito corporativos, simulando faturamento.

Os recursos captados, conforme a investigação, teriam sido direcionados a contas pessoais de dirigentes, empresas de fachada e estruturas financeiras no exterior, incluindo paraísos fiscais. Com o aprofundamento das suspeitas e a deterioração da situação econômica do conglomerado, as autoridades passaram a apurar possíveis crimes de estelionato, lavagem de dinheiro, organização criminosa e delitos relacionados à falência. Também são investigadas eventuais conexões com outros esquemas já sob apuração policial.

Fraude bancária

A operação ocorre um dia depois de o CEO do Grupo Fictor, Rafael Góis, ter sido alvo de uma ação da Polícia Federal (PF) que investiga fraudes bancárias na Caixa Econômica Federal. Na quarta-feira (25/11), agentes cumpriram mandado de busca e apreensão na residência do executivo e recolheram o celular dele. A investigação estima que o esquema possa ter movimentado mais de R$ 500 milhões e apura suspeitas de atuação de uma organização criminosa para obter vantagens ilícitas por meio de funcionários de instituições financeiras, empresas utilizadas para movimentação de recursos e ocultação de patrimônio.

Em fevereiro deste ano, o Grupo Fictor protocolou pedido de recuperação judicial envolvendo 43 empresas, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). A companhia atribuiu parte da crise à repercussão negativa da tentativa de aquisição do Banco Master, anunciada em novembro de 2025, que teria provocado desequilíbrio nos fluxos operacionais e rompimento de contratos com fornecedores. No processo, a holding informou que suas obrigações financeiras somavam cerca de R$ 4 bilhões e afirmou que pretendia quitar integralmente os débitos, sem deságio. A nova operação amplia a pressão sobre o grupo, que agora enfrenta investigações simultâneas em diferentes frentes.

CONJUNTURA

Marinho critica ação da CNI contra escala 5x2

» LETÍCIA PASSOS

Ministério do Trabalho e Emprego



Luiz Marinho: para o governo, não há razão para adiar a jornada 5x2

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, descartou, ontem, qualquer possibilidade de adiar o início da transição da escala de trabalho 6x1 para o regime 5x2, previsto para 16 de dezembro. A declaração ocorre em meio à resistência de setores empresariais às novas regras, incluindo uma ação apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Supremo Tribunal Federal (STF), que questiona a constitucionalidade da regulamentação federal.

Marinho afirmou que o governo está disposto a negociar adaptações para atender às particularidades de diferentes atividades econômicas, mas ressaltou que as dificuldades apresentadas pelas empresas não justificam mudanças no calendário. Ele comentou sobre a nova jornada de trabalho durante a cerimônia que marcou o primeiro voo da Latam com uma aeronave E195-E2, fabricada pela Embraer, realizada na Base Aérea de Brasília.

Ao ser questionado sobre os pedidos de adiamento apresentados por setores que alegam precisar de mais tempo para reorganizar suas operações, o ministro insistiu que a transição poderá ocorrer dentro do prazo estabelecido: "Dá tempo, dá tempo."

A implementação do novo regime está prevista na Emenda Constitucional 141/2026, que determina a substituição gradual da jornada de seis dias de trabalho por um de descanso. Na primeira etapa, a partir de 16 de dezembro, a carga horária máxima será reduzida de 44 para 42 horas semanais, com a garantia de dois períodos de descanso. A transição será concluída após uma segunda redução, para 40 horas por semana, sem diminuição dos salários.

Segundo Marinho, a mudança não significa que todos os trabalhadores passarão a receber uma remuneração maior. A emenda estabelece que a redução da jornada deverá preservar os salários existentes, sem criar, por si só, a obrigação de reajustá-los. O ministro também lembrou que parte das categorias profissionais já cumpre jornadas inferiores a 40 horas semanais e, portanto, não será afetada da mesma maneira.

Conflito com a indústria

Apesar de defender o diálogo com empresas e sindicatos, Marinho criticou a decisão da CNI de recorrer ao Judiciário contra o decreto e a portaria que regulamentam o novo regime. A entidade apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para contestar dispositivos que, em sua avaliação, ultrapassam as atribuições do Poder Executivo. Na ação, a confederação argumenta que a União "extrapolou seus limites de poder ao instituir regras que deveriam ser definidas por meio de lei aprovada pelo Congresso Nacional".

O questionamento envolve aspectos da organização do trabalho, como turnos ininterruptos de revezamento, compensação de horas, cálculo do salário-hora, pagamento de horas extras, remuneração do repouso semanal e aplicação de convenções e acordos coletivos.

Marinho, entretanto, afirmou que não recebeu qualquer solicitação do presidente da CNI para discutir as normas antes do ajuizamento da ação. Para o ministro, a entidade deveria ter procurado o governo para esclarecer dúvidas e apresentar propostas de adequação, em vez de buscar diretamente uma intervenção do Supremo.

Folgas negociadas

O ministro acrescentou que a prioridade da pasta é conciliar os interesses de empregados e empregadores, mas avaliou que algumas entidades empresariais preferem ampliar o conflito em torno da regulamentação.

Uma das possibilidades discutidas pelo Ministério do Trabalho é permitir que a distribuição dos descansos considere as necessidades operacionais de cada setor. No transporte aéreo, por exemplo, representantes da atividade apresentaram demandas relacionadas à contabilização mensal das horas trabalhadas, diante das particularidades das escalas de serviço.

Marinho explicou que a própria emenda constitucional prevê mecanismos para flexibilizar a organização das folgas mediante negociação coletiva.

IPCA-15 desacelera para 0,22% em novembro

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial, registrou alta de 0,22% em novembro, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa desaceleração de 0,10 ponto percentual em relação a outubro, quando o índice avançou 0,32%. Em novembro do ano passado, a variação havia sido de 0,20%.

Apesar da desaceleração mensal, a inflação acumulada em 12 meses subiu de 4,62% para 4,64%. No ano, o índice acumula alta de 4,38%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, cinco apresentaram aumento de preços em novembro. O item Alimentação e bebidas registrou a maior alta, de 1,51%, além de exercer o maior impacto positivo sobre o índice geral, com contribuição de 0,33 ponto percentual.

Dentro do grupo, a alimentação no domicílio acelerou para 2,02%. O tomate apresentou a maior variação individual do mês, com alta de 38,92%. Também tiveram aumento os preços da cebola (17,43%), das carnes (3,65%) e do arroz (3,38%). Na direção oposta, a batata-inglesa recuou 2,33% e o leite longa vida, 1,84%.

A alimentação fora do domicílio desacelerou de 0,56% em outubro para 0,28% em novembro. O ritmo de alta dos lanches passou a 0,33%, enquanto o das refeições ficou em 0,21%.

O grupo Comunicação avançou 0,88%, influenciado pelo acesso à internet, que subiu 2,26%, e pelos planos de telefonia móvel, com alta de 1,71%. Despesas pessoais teve variação positiva de 0,49%, impulsionada por pacote turístico (3,79%), hospedagem (1,63%) e empregado doméstico (0,62%).

Para Renan Pieri, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), o resultado veio abaixo do esperado, mas que a composição do índice exige cautela na avaliação. "A alta veio concentrada em alimentos in natura, sobretudo o tomate. Choques de oferta desse tipo costumam se reverter, e a política monetária não deve reagir a eles, a menos que contaminem as expectativas", afirmou.

O economista observa que as principais quedas também ocorreram em itens sujeitos a oscilações frequentes. "As maiores quedas vieram de passagem aérea, gasolina e energia elétrica, itens que também oscilam muito de um mês para outro. Como os dois lados do mês são voláteis, o resultado diz pouco sobre a tendência. Já o acumulado em 12 meses subiu pela terceira vez seguida e segue acima do teto da meta", acrescenta.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também destacou as surpresas positivas nas divulgações recentes, mas ponderou que a convergência da inflação para a meta ainda deve ocorrer de forma lenta. "Temos observado surpresas positivas nessas divulgações. Apesar disso, o ambiente ainda é de bastante cautela, porque a sucessão de choques que a economia enfrenta faz com que a convergência da inflação em direção à meta de 3% seja bastante lenta", avalia.

ORÇAMENTO

Comissão dá sinal verde à proposta para 2027

» FERNANDA STRICKLAND

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou, ontem, o relatório preliminar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027. A proposta estima receitas e despesas totais de R$ 7,449 trilhões e estabelece as orientações para a apresentação de emendas parlamentares. A votação do relatório final está prevista para meados de dezembro.

Relator do projeto, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu a redução das taxas de juros como uma das principais medidas para ampliar o espaço fiscal e garantir recursos para investimentos no próximo ano. Durante entrevista coletiva após a aprovação do documento, o parlamentar afirmou que a margem disponível no orçamento para despesas discricionárias é limitada e que a política monetária tem impacto direto sobre as contas públicas.

"Nós precisamos estabelecer bases para que o mercado, a macroeconomia possa se acomodar de forma sustentável, de longo prazo, para que nós tenhamos queda na taxa de juros e abrir espaço para investimento, para abrir espaço para uma série de coisas que são importantes", afirmou.

Segundo Braga, as despesas discricionárias representam menos de 9% do orçamento, enquanto uma redução de um ponto percentual na taxa de juros poderia gerar economia de aproximadamente R$ 60 bilhões a R$ 70 bilhões. "Gasto hoje discricionário no orçamento é menos de 9%. Enquanto isso, 1% de taxa de juros representa quase R$ 60 bilhões, R$ 70 bilhões de economia", disse.

O senador também afirmou que aguarda uma definição do governo federal sobre o envio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) ou de um projeto de lei complementar (PLP) para ampliar o espaço fiscal. Segundo ele, o volume de recursos disponíveis dependerá do instrumento escolhido pelo Executivo.

"Para podermos ter espaço para resolver todos os problemas ainda colocados pela frente, nós precisamos de mais instrumentos. Eu venho dizendo isso já há algum tempo. Agora, não sou eu que decido. Eu tô aqui aguardando e disposto a contribuir do lado do gasto", declarou.

Estrutura

Do total previsto para 2027, R$ 7,239 trilhões (97,2%) correspondem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Outros R$ 209,7 bilhões (2,8%) serão destinados aos investimentos das empresas estatais. A proposta também prevê R$ 2,185 trilhões em despesas relacionadas ao refinanciamento da dívida pública federal, incluindo amortização e rolagem de títulos.

Na comparação com o Ploa de 2026, as despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, excluído o refinanciamento da dívida, apresentam crescimento de 12,1%. O orçamento fiscal registra alta de 15,7%, enquanto as despesas da Seguridade Social aumentam 7,4%. Para os investimentos das empresas estatais, a expansão prevista é de 6%.

As despesas primárias estão estimadas em R$ 3,418 trilhões. Desse montante, 91,7% correspondem a gastos obrigatórios e 8,3% a despesas discricionárias. O relatório aponta ainda que as despesas da Seguridade Social superam suas receitas em R$ 264,3 bilhões, diferença compensada pelo superávit do orçamento fiscal.

O relatório preliminar estabelece parâmetros para as emendas individuais e de bancadas estaduais, que somam R$ 44,8 bilhões. O documento, no entanto, ainda poderá sofrer alterações durante a tramitação.